

SANTINVEST S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

CNPJ – 00.122.328/0001-80 Florianópolis – Santa Catarina

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento aos dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil e pela Lei das Sociedades por Ações, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Santinvest S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, relativas ao 1º semestre de 2017.
Florianópolis, 30 de junho de 2017

BALANÇO PATRIMONIAL DOS SEMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO (em Milhares de Reais)

ATIVO CIRCULANTE	NOTA		2017		2016		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	NOTA	2017		2016	
	2.482	2.489	2.482	2.489	14	36			14	36		
DISPONIBILIDADES	5	1.381	1.381				OUTRAS OBRIGAÇÕES					
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	6	1.100	1.100				Sociais e Estatutárias					
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.100	1.100				Fiscais e Previdenciárias					
							Diversas					
OUTROS CRÉDITOS		1					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	2.469	2.453		
Diversos		1					Capital:					
							De Domiciliados no País		1.300	1.300		
							Reserva de Lucros		1.169	1.153		
TOTAL DO ATIVO		2.482	2.489				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.482	2.489		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO (em Milhares de Reais)

	1º SEMESTRE		NOTA	2017		2016	
	2017	2016		2017	2016		
RECEITAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA				128	150		
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				128	150		
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA				128	150		
OUTRAS (DESPESAS)/RECEITAS OPERACIONAIS			(132)	(121)			
Despesas de Pessoal	9,6		(54)	(52)			
Outras Despesas Administrativas			(47)	(28)			
Despesas Tributárias			(6)	(7)			
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais			(25)	(34)			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO			(4)	29			
Imposto de Renda e Contribuição Social			-	(10)			
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO				(4)	19		
RESULTADO POR AÇÃO - (R\$)			8	(0,15)	0,70		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO (em Milhares de Reais)

Atividades Operacionais:	1º SEMESTRE		
	2017	2016	
Resultado do Semestre	(4)	19	
Varição de Ativos e Passivos	(19)	(5)	
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7	1	
Redução (Aumento) em Outros Créditos	3	(3)	
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	(29)	(2)	
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(23)	14	
Aumento/(Redução) das Disponibilidades	(23)	14	
Modificações em	Início do período	1.405	1.367
Disponibilidades Líquidas	Fim do período	1.381	1.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO (em Milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	Reserva Legal	RESERVA DE LUCROS		Lucros Acumulados	TOTAL
			Reserva Estatutária			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.300	168	966	-	-	2.434
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	19	-	19
- DESTINAÇÕES:						
- Reserva Legal	-	1	-	(1)	-	-
- Reserva Estatutária	-	-	18	(18)	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	1.300	169	984	0	0	2.453
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	1	18	0	0	19
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.300	170	1.003	-	-	2.473
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	(4)	-	(4)
- DESTINAÇÕES:						
- Reserva Estatutária	-	-	(4)	4	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	1.300	170	999	-	-	2.469
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	-	-	(4)	-	-	(4)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(em Milhares de Reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL A instituição está habilitada à prática das atividades que lhe são atribuídas pela regulamentação aplicável, operando na intermediação de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Sua matriz está localizada à Rua Nereu Ramos, 19 – 8º andar – Centro – Florianópolis - SC. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:
✓ CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
✓ CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
✓ CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
✓ CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
✓ CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
✓ CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
✓ CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
✓ CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15; e,
✓ Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 4.144/12
Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central do Brasil irá aprovar

os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Instituição.
As demonstrações financeiras foram autorizadas pela administração da instituição em 10 de junho de 2017.
NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1 Apuração do Resultado O resultado, apurado pelo regime de competência de exercícios, inclui o reconhecimento dos rendimentos e encargos incidentes sobre os ativos e passivos. **3.2 Ativo Circulante** O ativo circulante está demonstrado pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, juros e as variações monetárias correspondentes. As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. Possuem alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento inferior a 30 dias. **3.3 Passivo Circulante** O passivo circulante está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os juros, as variações monetárias correspondentes, e deduzidos das despesas a apropriar. **3.4 Imposto de Renda e da Contribuição Social** A provisão para o imposto de renda foi constituída a alíquota de 15% e adicional de 10%, quando aplicável, conforme a legislação vigente. A provisão para contribuição social foi constituída a alíquota de 20%, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.591 sendo que ambas foram provisionadas mensalmente. **NOTA 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS** A Instituição aborda o gerenciamento de todos os riscos inerentes às suas atividades de modo integrado, por meio de uma área específica para gestão de riscos de sua interligada Santinvest S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos. Essa visão multidisciplinar proporciona o aprimoramento dos modelos de gestão de riscos e evita a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. Em conformidade com o art. 7º, da Resolução CMN nº 3.721/09, art. 6º, da Resolução CMN nº 4.090/12, art. 6º, da Resolução CMN nº 3.464/07, art. 4º, da Resolução CMN nº 3.380/06 e art. 7º, da Resolução CMN nº 3.988/11, encontram-se respectivamente na sede da Instituição, os relatórios contendo as descrições da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional e do gerenciamento de capital. **NOTA 5. DISPONIBILIDADES** Em 30 de junho de 2017, o montante de R\$ 1.381 (R\$ 1.381 em 30 de junho de 2016) refere-se a depósitos disponíveis em conta corrente. **NOTA 6. APLICAÇÕES**

INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.100	1.100
Depósitos Interfinanceiros	1.100	1.100

Em 30 de junho de 2017 o montante de R\$1.100 (R\$ 1.100 em 30 de junho de 2016) refere-se a aplicações interfinanceiras de liquidez de curtíssimo prazo, com resgate para o dia 3 de julho de 2017. São remuneradas com base em 98% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. **NOTA 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
a) Capital Social: Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, o capital social é de R\$ 1.300 (hum milhão e trezentos mil reais), representado por 27.000 (vinte e sete mil) ações ordinárias nominativas, indivisíveis em relação ao capital e sem valor nominal. **b) Reserva Legal:** Calculada nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 a razão de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício, considerando o item 1.16.5.1 do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). **c) Dividendos:** É garantido aos acionistas no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio calculados sobre o lucro líquido ajustado. **d) Reserva Estatutária:** O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, foi destinado a constituição da reserva estatutária para atender a demanda de recursos financeiros para a expansão dos negócios da Instituição, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. A soma das reservas, estatutária e legal, estão limitadas a 100% do capital social. **NOTA 8. LUCRO POR AÇÃO** O resultado do 1º semestre de 2017 apurou prejuízo de (R\$ 0,15) (quinze centavos de real) por ação aos acionistas e lucro de R\$ 0,70 (setenta centavos de real) por ação no 1º semestre de 2016. **NOTA 9. PARTES RELACIONADAS** a) Operação com

partes relacionadas:

Natureza	Grau de Relação	2017	2016
Aplicações Interfinanceiras	Ligada – Santinvest S.A. – C.F.I.	550	550

Operações com vencimentos até julho de 2017, remuneradas em 100% do CDI-FLU. **a) Remuneração do Pessoal Chave da Administração:** A remuneração total do pessoal chave da administração para o primeiro semestre de 2017 foi de R\$ 54 (cinquenta e quatro mil reais) e para o primeiro semestre de 2016 foi de R\$ 51 (cinquenta e um mil reais) integralmente como benefícios de curto prazo. **NOTA 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS** Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, deduzidos de eventuais provisões para perdas, os quais se aproximam dos valores de mercado. Em 30 de junho de 2017, a instituição não tinha qualquer transação que envolvesse operações com derivativos. **NOTA 11. EVENTO SUBSEQUENTE** Aprovada pelo Conselho de Administração da Santinvest S.A. – Participações, controladora integral, a extinção da Santinvest S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, mediante alteração da denominação social, do objeto social e incorporação pela Santinvest S.A. – Participações, a qual foi aprovada pelos acionistas, reunidos em assembleia geral extraordinária convocada para o dia 14 de julho de 2017.
Luiz Carlos Santiago Presidente
Giorgio Rodrigo Donini Diretor
Juarez Medeiros Gualberto Diretor
Claudio Brezinski Contador
CRC/SC-019.405/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **SANTINVEST S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS FLORIANÓPOLIS – SC**
Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Santinvest S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santinvest S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para Opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, através da AGE – Assembleia Geral Extraordinária de 14 de julho de 2017, foi aprovada pelos acionistas a incorporação da Santinvest S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários pela sua controladora integral Santinvest S.A. – Participações. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras,

tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos Florianópolis (SC), 31 de julho de 2017.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP
MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9